
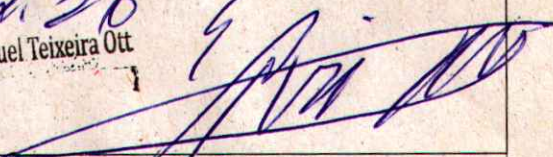
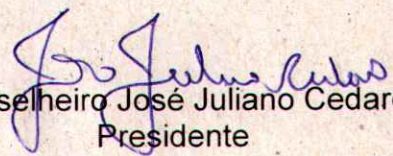


<p>FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA </p>	<p>Conselho Superior Acadêmico – CONSEA</p>
<p>Câmara de Pós-Graduação – CPG</p>	<p>Da Presidência dos Conselhos Superiores</p>
<p>Processo: 23118.001964/2015-48</p>	<p><i>Wouuo logo</i> <i>01.12.16</i></p>
<p>Parecer: 2058/CPG</p>	<p>Prof. Dr. Ari Miguel Teixeira Ott Presidente </p>
<p>Programa de mestrado profissional interdisciplinar em direitos humanos e desenvolvimento da justiça na Amazônia</p>	
<p>Departamento de Ciências Jurídicas - Aparecida Luzia Alzira Zuin</p>	
<p>Conselheira Luciene Batista da Silveira</p>	

**Decisão:**

Na 62ª sessão ordinária, em 01.12.2016, a Câmara acompanha o parecer 2058/CPG, cuja relatora é favorável “à APROVAÇÃO de criação do curso de MESTRADO PROFISSIONAL INTERDISCIPLINAR EM DIREITOS HUMANOS E DESENVOLVIMENTO DA JUSTIÇA NA AMAZÔNIA.”

  
Conselheiro José Juliano Cedaro  
Presidente



**PROCESSO: 23118.001964/2015-48**

**Parecer: 2058/CPG**

**Assunto** Programa de mestrado profissional interdisciplinar em direitos humanos e desenvolvimento da justiça na Amazônia

**Interessado** Aparecida Luzia Alzira Zuin

**Relatora** Conselheira Luciene Batista da Silveira

## **I – RELATÓRIO**

O processo 23118.001964/2015-48 trata da solicitação da PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL INTERDISCIPLINAR EM DIREITOS HUMANOS E DESENVOLVIMENTO DA JUSTIÇA NA AMAZÔNIA, interessada e requerente Aparecida Luzia Alzira Zuin.

- Nas folhas 263 e 264 estão listado a composição do processo até folha 261;
- Avaliação do projeto e parecer técnico emitido pela PROPESq (fls. 262 a 265);
- Despacho da relatora para SECONS (fl. 266);
- Despacho 0864/2016/SECONS (fl. 267);
- Carta de aceite (fl. 268 à 279);
- Despacho 01/2016/PPG-DHDJ (fl 280);
- Despacho nº 23118.001964/2015-48.

## **II – ANÁLISE**

O processo consta de 281 folhas que trata de proposta de Projeto de criação do curso de MESTRADO PROFISSIONAL INTERDISCIPLINAR EM DIREITOS HUMANOS E DESENVOLVIMENTO DA JUSTIÇA NA AMAZÔNIA. Consta solicitação de formalização do processo do Departamento de Ciências Jurídica – DCJ para o Núcleo de Ciências Sociais Aplicadas – NUCSA; Ofício Nº 42/2015 - EMERON datado em 06 de julho de 2015 ao Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa da UNIR em nome do Diretor da EMERON Desembargador Sansão Saldanha manifestando interesse de adesão ao projeto; Ofício nº 059/2015/PROPESq de 06 de julho de 2015 ao Diretor de Avaliação Sr. Arlindo Philippi Júnior, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, cujo documento ratifica a propostas como também assume o compromisso de apoiar as ações inerentes ao Programa. Consta o projeto nas fls. 04 a 35. Parecer do Prof. Ms. Arlen José Silva de Souza membro do conselho do Departamento de Ciências Jurídicas, no qual é favorável a execução do Convênio que poderá ser celebrado entre UNIR e EMERON para a

execução do Programa de Mestrado Profissional Interdisciplinar em Direitos Humanos e Desenvolvimento da Justiça na Amazônia. ATA do dia 07 de julho de 2015 do CONDEP - DCJ aprovando a proposta do Mestrado. Nas folhas 245 a 247 consta o parecer de Hualan Patricio Pacheco no qual é favorável ao projeto de Pós-graduação. Na Ata do dia 04 de março de 2016 do CONUCSA aprova a proposta do Mestrado. Nas folhas 262 a 265 consta o parecer técnico emitido pela PROPESq que aponta a ausência do Termo de convênio/compromisso firmado entre as duas instituições; Falta de clareza na planilha orçamentária e ausência das cartas de aceite dos docentes que serão vinculados ao Mestrado. Foram juntados documentos faltantes ao presente processo: fls. 268 a 279 cartas de aceite de todos os membros do corpo docente do programa; esclarecimento acerca dos custos para a realização das atividades do programa. Despacho 099/2016/PROPESQ/UNIR informando que foi atendido os requisitos necessários conforme resolução 200/2009/CONSEA.

### III – PARECER

Considerando o relato e a análise, sou de parecer **FAVORÁVEL** à APROVAÇÃO de criação do curso de MESTRADO PROFISSIONAL INTERDISCIPLINAR EM DIREITOS HUMANOS E DESENVOLVIMENTO DA JUSTIÇA NA AMAZÔNIA.

Porto Velho, 28 de novembro de 2016.



Relatora Luciene Batista da Silveira  
Conselheira CPG/CONSEA